

AS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB

Ruan Igor de Araújo Rêgo¹, Yuri Gomes de Souza¹, Janaína Barbosa da Silva²

¹Graduando em Geografia, Unidade Acadêmica de Geografia, UFCG, Campina Grande, PB, E-mail:

Ruan.igor.14@hotmail.com

¹Graduando em Geografia, Unidade Acadêmica de Geografia, UFCG, Campina Grande, PB, E-mail:

yurigomes.s28@gmail.com

²Professora Doutora, Unidade Acadêmica de Geografia, UFCG, Campina Grande, PB, E-mail:

janaina.barbosa@ufcg.edu.br

INTRODUÇÃO

A demanda por água é crescente em toda a Terra, e por motivos diversos, seja para dessedentação, higiene, irrigação, indústria, geração de energia, entre outros. No Nordeste do Brasil esses usos têm se intensificado em decorrência da implementação de pólos agrícolas, intensificação do comércio e indústria, além de hidrelétricas para geração de energia.

O Nordeste historicamente convive com o problema da “seca”, em especial a região conhecida como Semiárido, que abrange a maior parte do Sertão e do Agreste. Traduzindo-se em números o tamanho do Semiárido, essa região cobre 57% da área total do Nordeste e 40% de sua população. No Semiárido, a precipitação média anual é inferior a 800 milímetros (SUASSUNA, 2005) (SBPC, 2004).

Nesse sentido, percebe-se que a principal motivação básica é aumentar a garantia de suprimento de água para as atividades desta região. Tais ações são sustentadas no princípio geral de equidade no direito do acesso à água. O projeto atualmente em execução é um empreendimento do governo federal, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional – MIN, destinado a assegurar a oferta de água, em 2025, a cerca de 12 milhões de habitantes de pequenas, médias e grandes cidades da região semiárida dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte (CASTRO, 2011).

A importância de iniciar um projeto com a finalidade de buscar melhorias para população através de um canal de irrigação é de vasta importância, tendo em vista que este beneficia diversas áreas do interior do Nordeste com porte econômico estagnado. Desse modo, através da construção do canal da transposição do Rio São Francisco as cidades terão o atendimento das demandas hídricas da população atingindo a área urbana (consequentemente o comércio) e a área rural

(83) 3322.3222

contato@aguanosemiarido.com.br

www.aguanosemiarido.com.br



(aquecendo a agricultura local). Com base no que foi levantado, este trabalho tem como objetivo entender a obra da Integração do Rio São Francisco acerca das contribuições e dificuldades que a mesma apresenta no cenário em que foi instalada na cidade de Monteiro no estado da Paraíba.

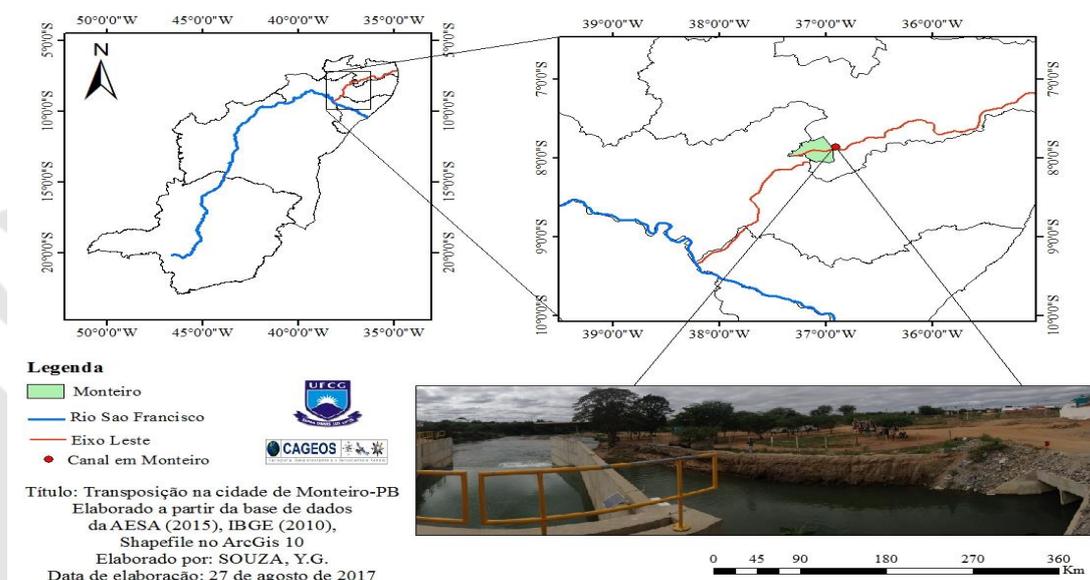
METODOLOGIA

A elaboração deste trabalho se deu através de pesquisas bibliográficas acerca de outros projetos de transposição, utilização de dados hidrográficos disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Agência Executiva de Gestão das Águas (AESAs), na Agência Nacional das Águas (ANA) e no portal do Ministério da Integração Nacional. Além disso, foi possível a realização de trabalho de campo para efetuar a análise *in loco* onde se buscou analisar, confrontar e corroborar os dados elencados em gabinete. Com isso, a ida à cidade de Monteiro no estado da Paraíba - uma das cidades beneficiadas pela passagem desta integração de bacias - traz a representação de como está o andamento desta obra, bem como a identificação de sua importância e dificuldade para se tornar uma distribuição correta e saudável.

ÁREA DE ESTUDO

O Município de Monteiro (Figura 01) fica a 319 quilômetros de João Pessoa. Com área de 1.009,90 km², Monteiro é o maior município do Estado. Possui bacia hidrográfica formada por um rio temporário, o Paraíba, e quatro açudes: Pocinhos, com capacidade para armazenar 5.900.000m³ de água; Poções, 29.106.000m³; São José, 3.000.000m³; e Serrote, 3.000.000m³. No ano de 2016, sua população é estimada em 33.039 habitantes (IBGE, 2010) (AESAs, 2017) (ANA, 2017).

Figura 01 – Localização da Transposição do Rio São Francisco em Monteiro-PB



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os problemas hídricos da Região Nordeste são crescentes, pois além da alta demanda por esse recurso, há os longos períodos de estiagem em decorrência das ações do El Niño. Um projeto pensado para minimizar a escassez foi a transposição do Rio São Francisco (RSF). Esta apresenta como objetivos: Implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia (SIGRHI)[1]; Estabelecer diretrizes para a alocação e o uso sustentável dos recursos hídricos na Bacia[2]; Definir a estratégia para revitalização, recuperação e conservação hidro ambiental da Bacia[3]; Propor programa de ações e investimentos em serviços e obras de recursos hídricos, uso da terra e saneamento ambiental[4] (CASTRO, 2011).

Nessa perspectiva, as obras foram iniciadas em 2007 com previsão de conclusão para 2010, contudo as obras da Transposição só chegaram à Paraíba (Figura 01) em 10 de março de 2017. Ademais, foi notório identificar no trabalho de campo que boa parte dessas metas ainda seguem em estágio de evolução para efetuar sua conclusão.

A integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional vem viabilizando um aumento da oferta de recursos hídricos nas áreas onde se tem parte concluída. Para estabelecer diretrizes à alocação e ao uso sustentável dos recursos hídricos na Bacia, os municípios receptores devem minimizar e propor medidas para atenuar os impactos que estão provocando ao corpo hídrico, que começa paulatinamente a perenizar os rios.

Quanto às estratégias para revitalização, recuperação e conservação hidro ambiental da Bacia, o que fica perceptível com o andamento das obras é que o processo de revitalização dos açudes/rios receptores não vem ocorrendo de forma satisfatória, sendo prejudicial à chegada das águas. Propor programa de ações e investimentos em serviços de manutenção e fiscalização da área é uma estratégia viável e louvável. Além do mais, o percentual do saneamento ambiental adequado das cidades se encontra abaixo do esperado – onde o (Quadro 1) mostra nitidamente esta realidade – os municípios irão precisar de melhorias quanto ao saneamento básico, para assim, obter o melhor aproveitamento dos recursos hídricos, que estão sendo ofertados.

No último levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no ano de 2010, ano esse previsto para a conclusão das obras da transposição, os municípios banhados pelo rio Paraíba sequer conseguiram concluir as obras de saneamento básico e muitos deles têm menos de 50% do esgotamento sanitário adequado. Em vista disso, foi observado e constatado, durante o trabalho de campo na área de Monteiro-PB que a obra, devido ao seu plano emergencial, não foi concluída e apresenta problemas de infraestrutura, principalmente da



permanência de canais de efluentes dentro do canal. Assim, causando possíveis malefícios para saúde da população, onde os riscos de contaminação da água são susceptíveis e preocupantes.

Os dados do (IBGE, 2010) e da (CAGEPA, 2017), através do quadro seguinte, dispõe da atual situação dos municípios cortados pelo Rio Paraíba e a situação das condições sanitárias, sendo expostos dados alarmantes de que cerca dos 50% dos municípios banhados pelo Rio Paraíba não possuem sequer 50% de esgotamento sanitário adequado, ou seja, as águas do Rio São Francisco que irão desaguar no Rio Paraíba correm sérios riscos quanto a sua qualidade, a partir da falta de infraestrutura nos municípios receptores.

Quadro 01: Municípios banhados pelo Rio Paraíba e a situação das condições sanitárias

| Cidade | Esgotamento sanitário (2010) | População estimada (2016) |
|---------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|
| Monteiro-PB | 56,1% | 33.039 pessoas |
| Camalaú-PB | 17,9% | 5.996 pessoas |
| Caraúbas-PB | 36,2% | 4.143 pessoas |
| São Domingos do Cariri-PB | 33,5% | 2.582 pessoas |
| Congo-PB | 62,5% | 4.785 pessoas |
| Cabaceiras-PB | 59,7% | 5.511 pessoas |

(IBGE, 2010), (CAGEPA, 2017).

No entanto, as prefeituras e o Governo do Estado afirmam que os municípios estão preparados para receber as águas da transposição, porém, denúncias indicam que as obras de saneamento não foram suficientes para evitar a contaminação dos canais que transportam as águas da transposição. Em resultado, a figura seguinte (figura 02) representa a qualidade da água vista a olho nu nas margens do Rio, onde a mesma representa o modelo de água que estamos recebendo diariamente nas nossas torneiras.

Figura 02: Resíduos sólidos urbanos lançados nas águas do Rio





(Autor: Ruan Igor de Araújo Rêgo, 01 de Agosto de 2017)

A incapacidade para evitar a contaminação dos canais da transposição gera alto prejuízo, principalmente financeiros para reverter a qualidade da água oriunda do Rio São Francisco. Isso indica que a falta de planejamento público pode acarretar graves problemas para a sociedade em uma obra que irá ser bastante útil tanto nos aspectos sociais quanto econômicos.

É de suma importância lembrar os benefícios trazidos com a transposição, uma vez que o solvente universal (água) chega para vitalizar várias áreas que perecem devido à ausência desse líquido precioso. Contudo, não apenas a construção da integração do rio, mas, sobretudo, deve-se manter uma fiscalização preventiva e manutenção recorrente através de estudos voltados à qualidade da água. Com isso, o sertanejo se beneficia com esta nova realidade.

Portanto, no decorrer do presente estudo, notou-se que a partir do projeto da transposição o semiárido nordestino, que passou por tempos sombrios acerca da quantidade de chuvas nas últimas décadas, voltará a ter segurança hídrica para pensar em um avanço econômico a longo prazo. Desse modo, o projeto trará enormes benefícios para a população, desde a garantia para os mantimentos básicos humanos, e também, na possibilidade de ajudar no combate a fome, tendo em vista que as práticas agropecuárias terão avanços a partir das irrigações.

Os resultados, porém, evidenciaram que os benefícios da obra estão sendo comprometidos pela precarização da mesma, onde há um risco de contaminação das águas através de um canal de efluentes no município de Monteiro. Espera-se, portanto, que as políticas ambientais fiscalizem o trecho final para conclusão da transposição do Rio São Francisco com atenção na qualidade das águas. Desse modo, a visita técnica ao canal, localizado em Monteiro – PB, foi de total importância para apresentar as diretrizes de tais conhecimentos levantados em gabinete.

CONCLUSÕES

Após discussões realizadas através deste trabalho, pode-se destacar que, a partir da crise hídrica vigente no estado da Paraíba, os órgãos públicos realizaram a obra da transposição do Rio

(83) 3322.3222

contato@aguanosemiarido.com.br

www.aguanosemiarido.com.br



São Francisco para viabilizar e melhorar o abastecimento de água e, por consequência, ajudar no combate à crise hídrica vivenciada há anos, onde vinha causando prejuízos ambientais e impactos socioeconômicos irreparáveis.

Realizando o contato empírico, se torna notório a expectativa dos moradores pela chegada das águas na cidade do município de Monteiro – PB. Os moradores mostraram que a partir da garantia dos recursos hídricos na cidade, os mesmos poderão aquecer a economia local, principalmente através da irrigação, sendo este um dos fatores mais positivos pelo incentivo ao crescimento econômico do semiárido.

No entanto, foi observado o descaso no andamento das obras ligado a falta de planejamento urbano, tendo em vista a contaminação das águas a partir do canal de efluentes, onde torna prejudicial a toda a população que será atendida com este novo curso d'água permanente. Assim, espera-se que esta pesquisa contribua para tornar cada vez mais urgente o entendimento por trás deste projeto de Integração, uma vez que ele contribui diretamente para o bem estar da população de modo geral. Afinal, a água é um recurso natural opulento capaz de alterar a dinâmica das cidades beneficiadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AESA.PB. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/monitoramento/volumediario/?tipo=atual>. Acesso em 18 ago 2017.

ANA.GOV. Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/SaoFrancisco.aspx>. Acesso em 18 ago 2017.

CAGEPA.PB. Disponível em: <http://www.cagepa.pb.gov.br/obras-de-esgotamento-sanitario-preparam-municipios-paraibanos-para-receber-aguas-do-sao-francisco/>. Acesso em 19 ago. 2017.

CASTRO, César Nunes de. **Transposição do Rio São Francisco: Análise de oportunidade do projeto.** 2011. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1418/1/TD_1577.pdf. Acesso em: 25 ago. 2017.

CIDADES.IBGE.GOV. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250970&search=paraiba|monteiro>. Acesso em 19 ago 2017.

SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – Regional Pernambuco. **ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE TRANSFERÊNCIA DE ÁGUAS ENTRE GRANDES BACIAS HIDROGRÁFICAS.** In: WORKSHOP SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO, Recife, 2004. p. 1 - 16.